



MPV 936
01028

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

EMENDA N°
MEDIDA PROVISÓRIA N° 936, DE 2020
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 15 DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**), de que trata a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.



SF/20473.76845-85

EMENDA DE PLENÁRIO MODIFICATIVA E SUPRESSIVA N°
2020

Art. 1°. Os artigos 7° e 8° do PLV do PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 15/2020 passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7°.

.....
§ 2° Durante o período de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, a contribuição sobre o salário de contribuição de que tratam o art. 20 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 28 da Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019, será complementada pela União, considerada a média aritmética simples das remunerações percebidas nos três meses anteriores ao início da suspensão na base de cálculo para todos os benefícios previdenciários.

.....
” (NR)

“Art. 8°.

.....
§2°
.....
.....



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

II – terá o recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social sobre o salário de contribuição complementado pela União, considerada a média aritmética simples das remunerações percebidas nos meses anteriores ao início da suspensão na base de cálculo para todos os benefícios previdenciários.

.....
.”(NR)

Art. 2º **Suprima-se o art.20 do PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15/2020.**

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados inseriu no PLV a possibilidade de o **empregado - alcançado pelas medidas estabelecidas que reduzem sua renda - poder fazer a complementação de sua própria contribuição previdenciária**, na forma que dispõe o art.20 do PLV. Pela redação não há sequer garantia de que o empregador contribua pelo mínimo previdenciário (1SM), aplicando, desta forma, a reforma da previdência (EC 103) que criou a aberração de que o segurado, mesmo sem renda, assuma complementação da sua contribuição.

Essa é uma previsão é indevida, ainda mais quando o indivíduo com perda de renda e sem condições de, voluntariamente, realizar suas contribuições previdenciárias, seja por falta de recursos, seja pela ausência da noção sobre o quão grave é, e será, a falta da contribuição ou sua redução no futuro de seu histórico contributivo quando vier a depender de algum benefício previdenciário. Isso porque a reforma definiu o cálculo de 100% das contribuições e ainda o valor do benefício previdenciário dificilmente será integral. Ainda, registre-se que, para acesso aos benefícios previdenciários, há exigência de tempo mínimo de carência (variando conforme o tipo de benefício), e a interrupção na contribuição poderá causar um prejuízo maior para o trabalhador que necessite a comprovação do período contributivo.

A presente emenda busca assim **transferir esta obrigação para o Estado, inclusive porque são apenas alguns meses**, garantindo da manutenção da parcela integral da contribuição em relação à remuneração do empregado antes das alterações no contrato de trabalho.



SF/20473.76845-85



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta, bem como seu acolhimento pela relatoria da supracitada Medida Provisória.

Sala da Sessão, 03 de junho de 2020.

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA



SF/20473.76845-85